



# PROJECTO EUROPA

N.º 21 - Novembro 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

## PARLAMENTO EUROPEU APROVOU REDES TRANSEUROPEIAS

### APROVADO RELATÓRIO DO DEPUTADO RUI AMARAL

Na sessão plenária de Outubro, o Parlamento Europeu aprovou as redes transeuropeias de transporte ferroviário combinado, de auto-estradas e de vias navegáveis.

O plano da rede de auto-estradas (ou estradas obedecendo às mesmas normas de segurança e velocidade) inclui a conversão da totalidade dos itinerários principais, bem como o itinerário S<sup>o</sup>Tirso/ Guimarães/ Fafe/ Chaves e a ligação à auto-estrada Vigo/ Madrid.

O plano inclui ainda a Circular Regional Exterior do Porto (CREP), ligando na proximidade de Espinho a auto-estrada Porto/ Lisboa, às auto-estradas Porto/ Amarante (na proximidade de Campo) e Porto/ Braga (na proximidade de Santo Tirso).

Esta última foi aditada por proposta de Rui Amaral aprovada pelo Conselho e pela Comissão na citada reunião de 27 de Setembro na qual o deputado do PSD participou em representação do Parlamento Europeu.

No plano da rede de transporte combinado ferroviário ficaram consagradas as seguintes linhas: Lisboa/ Porto, bem como a ligação desta, por um lado, a Guarda/ V. Formoso/ Valladolid/ Burgos e, por outro lado, a

Entroncamento/ Madrid.

Falando à imprensa portuguesa, o Vice-Presidente do PE, António Capucho e o deputado Rui Amaral consideraram o balanço dos resultados obtidos francamente positivo e que estes permitem antever que,



obtido o reconhecimento do interesse europeu destes projectos e com a determinação do Governo, Portugal possa vir a dispôr de uma rede fundamental de auto-estradas e de transporte combinado ferroviário compatível com os compromissos do grande mercado interno e com o nível de desenvolvimento das redes de transportes, nestes modos, dos demais Países europeus. Salientaram ainda que o compromisso estabelecido visa a consecução plena destas redes até 2002 mas, com a faculdade aberta de

antecipação dos créditos provenientes de fundos estruturais e do fundo de coesão, esta data poderá ser antecipada para 1997.

Rui Amaral sublinhou ainda a contribuição que este grande programa de infraestruturas pode dar, desde já, para a retoma da actividade económica e para o crescimento do emprego.

#### **"SOBRE O FEDERALISMO"**

por António Capucho

pg. 2

**DISCURSO DIRECTO** pg. 3

**BREVES** pg. 4

**boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD**

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

# SOBRE O "FEDERALISMO"

António d'Orey Capucho (coordenador do Grupo Europeu do do PSD)

1. Tem surgido alguma especulação a propósito do programa eleitoral da Federação dos Partidos Liberais Democráticos e Reformistas Europeus (ELDR) para as eleições de Junho de 1994 para o Parlamento Europeu. O semanário que se tem ocupado deste tema, sugere, entre outras coisas, que os representantes do PSD naquela Federação são perigosos e impenitentes "federalistas" e que, aquando da discussão do referido programa, assumiram posições sem dar satisfação ao Partido nem mandato deste.

Já por diversas vezes procurei esclarecer a situação sem ambiguidades, mas creio que hoje é altura de actualizar o ponto da situação.

2 Como o próprio nome indica, a Federação ELDR agrupa os partidos europeus Liberais, Democráticos e Reformistas, entre os quais o PSD. O Grupo Parlamentar LDR é a emanção desta família política no Parlamento Europeu.

Nos órgãos da Federação o PSD faz-se representar por um Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, pelo Secretário-Geral e por Deputados europeus. Como não podia deixar de ser, não são estes a determinar as posições do PSD, mas a direcção nacional do Partido. De resto, também na acção que desenvolvem no Parlamento Europeu, os Deputados social-democratas actuam, naturalmente, em articulação íntima e permanente com a Comissão Política Nacional.

3. O programa eleitoral da Federação ELDR para as eleições de Junho de 1994 será aprovado no respectivo Congresso em Dezembro próximo. Entretanto, o Conselho Geral da Federação aprovou recentemente o respectivo texto-base, ao qual poderão ainda ser apresentadas emendas a votar em Congresso. Este Programa não é vinculativo para os Partidos,

mas apenas orientador.

O PSD, aliás, não deixará de apresentar o seu próprio Programa às eleições para o Parlamento Europeu. 4. Naquele texto-base introduziram-se referências explícitas a princípios essenciais para o PSD: defesa da identidade nacional; reforço da coesão económica e social como princípio presente horizontalmente em todas as políticas comunitárias; alargamento da subsidiariedade e da descentralização; incremento do combate à burocracia. Concomitantemente, na sequência de um compromisso estabelecido pelos diversos Partidos, classifica-se a União Europeia como uma entidade de "características federais descentralizadas".

5. É verdade que o PSD teria preferido que, tal como sucede no Tratado de Maastricht, a palavra "federal" fosse

## editorial

simplesmente expurgada do texto do Programa. Desde logo porque é fonte de ambiguidade já que traduz realidades e objectivos distintos nos diversos Estados-membros. Mas, essencialmente, porque a União configurada no Tratado de Maastricht não traduz um modelo federal, mas antes uma conjugação de modelos e processos intergovernamentais, conferais e federais. É, de facto, um modelo único, um caminho inédito, com uma especificidade própria, por isso difícil de rotular.

A expressão "características federais descentralizadas" traduz um compromisso e tem pelo menos o mérito de acentuar o carácter descentralizado da União também nos domínios em que o Tratado contém elementos federalistas.

Mas é evidente que Maastricht, no essencial, continua a configurar uma Europa em que é determinante o papel dos Estados através do Conselho, ou seja, dos Governos. Isto é, Maastricht,

no essencial, continua a configurar um modelo intergovernamental. E é esse o modelo que o PSD tem defendido na convicção de que os interesses de Portugal são melhor defendidos neste quadro.

6. O que justifica este súbito interesse pelo tema é por demais evidente. São os mesmos que sistematicamente atacam a construção europeia e o Tratado da União Europeia, que agora procuram dividir o PSD, ressuscitando uma discussão bizantina sobre o federalismo, já que não definem previamente o conteúdo e alcance do conceito.

Estranha e incoerente estratégia se nos lembrarmos que essas forças procuraram e não desistiram de aderir a um partido europeu que defende "prosseguir um processo de unificação e integração federativa da Europa e concorrer à realização dos Estados Unidos da Europa"...

7. Que fique claro: nem o PSD nem os Deputados europeus do PSD defendem para a União Europeia um modelo federalista, tal como o conhecemos, por exemplo, nos EUA ou na RFA.

Aceitamos e apoiamos, sim, o modelo consubstanciado no Tratado de Maastricht, e entendemos que a construção europeia deve ser prosseguida respeitando o gradualismo: nenhuma nova reforma institucional deve ser prosseguida sem que o Tratado - que só agora começou a vigorar - seja testado na sua aplicação à realidade política. Nem o PSD nem os Deputados europeus do PSD poderão aceitar, nomeadamente, qualquer evolução que possa pôr em causa os interesses nacionais ou minimizar as garantias que hoje temos de que a identidade nacional e os nossos valores culturais não só não são afectados, como podem mesmo ser potenciados com o processo de "aprofundamento" comunitário.

**RUI AMARAL,**  
sobre a iniciativa de crescimento  
e de emprego

*“ Não pode continuar a afirmar-se que a convergência nominal das economias conduzirá inelutavelmente à convergência real, esquecendo que esta é que é o objectivo final e é, portanto, pelo menos tão importante como critério global de convergência, como o são os estritos critérios de convergência nominal.”*

**MANUEL PORTO,**  
sobre a utilização do ECU

*“ São, de facto, grandes, conforme a experiência tem vindo a mostrar, os ganhos económicos conseguidos com uma maior utilização do ECU nas diferentes funções que pode desempenhar como unidade de conta, como forma de aplicação de valores ou como um meio de regularização de pagamentos. (...) É, por isso, especialmente inaceitável que o ECU não tenha ainda em alguns países sequer o estatuto jurídico de moeda estrangeira.”*

**MARQUES MENDES,**  
sobre os Fundos Estruturais

*“ (...) tais iniciativas deverão traduzir prioridades no âmbito das políticas estruturais e, como tal, visar objectivos comunitários*

*congregadores de regiões de vários Estados-membros e responder, de uma forma complementar, à resolução de problemas específicos de regiões comunitárias, com destaque para as ultra-periféricas.”*

**MARGARIDA SALEMA,**  
sobre a co-responsabilidade  
parental

*“ O princípio hoje adoptado é, em situação de casamento ou união de facto, o princípio da partilha de responsabilidades entre o pai e a mãe no exercício conjunto de um poder paternal de que dispõem em relação aos seus filhos.*

*Mas o mesmo já não sucede em caso de ruptura da vida familiar (...) em que as crianças ficam confiadas à guarda da mãe. (...) é a mulher, em*

*caso da Argélia e como a ausência de perspectivas de desenvolvimento, de futuro e de felicidade pode começar a pôr em causa a segurança dos cidadãos comunitários.”*

**VIRGÍLIO PEREIRA,**  
sobre as iniciativas comunitárias

*“ O número excessivo de pequenos programas é uma crítica negativa a fazer.*

*Por isso se concorda com a redução do número de iniciativas, com a simplificação dos procedimentos e com a constituição de uma reserva orçamental e ainda com uma maior flexibilidade sectorial e geográfica. (...) A criação de emprego alternativo para as pessoas que actualmente vivem no meio rural, a fim de obviar ao êxodo rural, teria uma importância capital” .*

## discurso directo

**VASCO GARCIA,**  
sobre as iniciativas  
comunitárias

*cerca de nove casos em cada dez, que assume sozinha a guarda da criança(...) .”*

**MENDES BOTA,**  
sobre a ajuda ao desenvolvimento

*“ Maastricht, para a política de desenvolvimento, foi uma decepção. É verdade que temos doze, senão mesmo treze políticas de cooperação, e a coordenação dessas políticas não é suficiente(...). Vejam agora até o*

*“ (...) as iniciativas comunitárias deverão constituir um apoio eficaz e coerente aos PDR e às operações de carácter estrutural, sem no entanto se substituírem a estas. (...) A concentração destas iniciativas em áreas de interesse estratégico e urgência de execução, seja no campo social, ambiental ou económico, só terá pleno impacto se a Comissão auscultar previamente os responsáveis regionais (...)” .*

## EMPRÉSTIMOS DO BEI A PORTUGAL

O Banco Europeu de Investimento anunciou a concessão de três empréstimos no total de 27,5 milhões de contos para a melhoria do abastecimento de água e dos transportes em Portugal.

Cerca de 5 milhões destinam-se à EPAL, para a ampliação das instalações de tratamento e transporte de água na barragem de Castelo de Bode e para a melhoria do abastecimento de água em 6 municípios do Médio-Tejo.

O INAG - Instituto Nacional da Água receberá cerca de 16 milhões de contos para o financiamento de um projecto polivalente de captação e abastecimento de água no Sotavento Algarvio, que inclui uma barragem no rio Odeleite.

Para o desenvolvimento dos meios de transporte nas e entre ilhas da Região Autónoma dos Açores foram concedidos cerca de 6,5 milhões de contos.

## BRITISH AIRWAYS - BOICOTE POR INICIATIVA DE MARGARIDA SALEMA

Por proposta do Grupo LDR, o PE aprovou uma resolução na qual se lança um apelo a todos os cidadãos europeus para que não utilizem a British Airways enquanto esta companhia de aviação continuar a praticar, nalguns dos seus vôos, o uso de cabine separada reservada às mulheres que viajem sozinhas, acompanhadas dos seus filhos ou unicamente com os seus parentes masculinos autorizados a viajar com elas..

Margarida Salema considera que o mais chocante "é o facto de tal companhia aérea se

prestar a ser um instrumento de reforço de práticas discriminatórias num país terceiro, com objectivos puramente comerciais".

## CARLOS PIMENTA EM MOSCOVO

Uma delegação do Grupo LDR do PE, composta por Yves Galland, Presidente do Grupo e pelo deputado Carlos Pimenta, deslocou-se a Moscovo nos passados dias 1 e 2 de Novembro.

Os dois deputados do Grupo LDR mantiveram encontros com o Vice-Primeiro Ministro Egor Gaidar, líder da plataforma "A Escolha da Rússia", com o Vice-Primeiro Ministro Sergey Shakhraio, líder da coligação "Unidade Russa", e com o chefe da administração presidencial, Sergey Filatov.

## PARLAMENTO EUROPEU DOS SENIORES

Nas instalações do PE no Luxemburgo, terá lugar nos próximos dias 22 a 24 de Novembro, o "Parlamento Europeu dos Seniores", onde serão debatidos alguns relatórios da Comissão de Assuntos Sociais sobre a problemática da "terceira idade" e votadas recomendação sobre esta matéria.

O Partido Social Democrata será representado por nove elementos: Amândio de Azevedo, Francisco M. Santana Barreto, Irene Aleixo Rosa, José Viegas Bota, Manuel Pereira, Manuel Veloso Coelho, Mário Montalvão Machado, Raquel Ribeiro e Raul Gomes dos Santos.

## RECOMENDAÇÃO DE MARQUES MENDES SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE A BORDO DE NAVIOS DE PESCA

O PE aprovou uma recomendação do deputado Marques Mendes quanto à directiva sobre segurança e saúde dos trabalhadores a bordo de navios de pesca.

Marques Mendes criticou as novas definições que o Conselho introduziu relativamente a navios novos e a navios existentes, que "para além da sua complexidade e mesmo ambiguidade, vêm deixar de fora da aplicabilidade das prescrições mínimas de segurança e saúde uma grande parte, se não mesmo, uma grande maioria de trabalhadores marítimos do sector das pescas".

## CARLOS PIMENTA DEFENDE LARGO BAICAL

O deputado Carlos Pimenta viu aprovado pelo plenário do Parlamento Europeu o seu relatório sobre o Lago Baical.

Carlos Pimenta considera que a Comunidade Europeia se deve empenhar activamente no sentido de o Lago Baical vir a ser classificado património mundial e reserva da biosfera, sendo para tanto necessário encorajar as autoridades russas a apresentar formalmente uma proposta nesse sentido.

O Lago Baical é o maior lago do Mundo, com mais de 600 Km de comprimento e mais de 80 Km de largura, contendo cerca de 20% de toda a água doce do planeta.

## MARQUES MENDES

e o

## ORÇAMENTO 1994

O PE, na sessão plenária de Outubro analisou, em 1ª leitura, o projecto de Orçamento para 1994.

Intervindo no debate, em nome do Grupo LDR, o deputado Marques Mendes sustentou que "um orçamento é e tem de ser o espelho de competências e prioridades políticas da Comunidade". Considerou que esta será a forma de demonstrar aos mais cépticos a bondade do próprio Tratado e ao mesmo tempo de não decepcionar todos quantos - e foram

a maioria - o aplaudiram a apoiar.

Daí "uma acrescida importância deste primeiro Orçamento da nova etapa da construção comunitária, pela confiança que deverá transmitir aos nossos concidadãos, em geral, e aos agentes económicos e sociais, em particular".

O deputado Marques Mendes salientou ainda que o Orçamento não acolhe devidamente a lição resultante da discussão pública do Tratado de Maastricht, já que ficou então claro "que os cidadãos comunitários não estavam plenamente cientes e conscientes dos objectivos imediatos e das finalidades últimas das acç

ões e da construção comunitária, revelando uma manifesta falta da necessária informação aos mais diversos níveis. E dúvidas não poderão restar de que sem informação adequada e esclarecedora não se obterá a adesão e a participação necessárias à realização deste projecto europeu".

Assim, para Marques Mendes, "informar e comunicar são pilares base da realização e da permanente legitimação do projecto comunitário, nomeadamente através da necessária adesão e participação dos cidadãos, que são o destino último da realização desse projecto".

## breves

## PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles